

Cartilha

do
GTPCEGDS

“Em defesa dos
direitos das mulheres, dos
indígenas, das/os negras/os,
e das/os LGBT”

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS



EXPEDIENTE

Conteúdo produzido pela coordenação do Grupo de Trabalho Política de Classe
para as questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual

Gean Claudio de Souza Santana

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Liliane Maria Macedo Machado

Projeto Gráfico

Ronaldo Alves (DRT-DF 5103)

Edição e Supervisão

Imprensa ANDES-SN

Marinalva Silva Oliveira (Encarregada de Imprensa)

Revisão

Roberta Gomes

Ilustrações

Rafael Balbuena

*Cartilha produzida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições
de Ensino Superior - ANDES-SN*

*Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Ed. Cedro II, 5º andar, Bloco C,
CEP: 70302-914, Brasília, DF.*

Tel.: 61 3962 8400

Email: imprensa@andes.org.br

www.andes.org.br | www.facebook.com/andessn | twitter.com/andessn



SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i>	6
<i>1. HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: FEMINISMOS, LGBT, NEGRO E INDÍGENA</i>	10
1.1 - <i>FEMINISMO</i>	12
1.2 - <i>DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL AO LGBT</i>	16
1.3 - <i>A LUTA CONTRA O RACISMO</i>	19
1.4 - <i>A QUESTÃO INDÍGENA</i>	24
<i>2. AS OPRESSÕES E COMO COMBATÊ-LAS</i>	27
2.1 - <i>PATRIARCADO, MACHISMO E FEMINICÍDIO</i>	27
2.2 - <i>O QUE É LGBTFOBIA?</i>	35
2.3 - <i>RACISMO: COMO COMBATER?</i>	43
2.4 - <i>COMO COMBATER A DISCRIMINAÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS?</i>	46
2.5 - <i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	48



INTRODUÇÃO

O ANDES – Sindicato Nacional vem ao longo dos últimos anos avançando no debate sobre o combate às violências lgbtfóbicas, machistas e racistas. Várias foram as atividades e as ações nesse sentido: dois Seminários sobre ações afirmativas, dois Seminários de mulheres e um sobre Diversidade Sexual, além de várias formulações expressas nas resoluções de congressos e Conad's que resultaram em lutas concretas no interior de cada Instituição de Ensino e que, muitas vezes, têm repercutido para além dos muros dos ambientes acadêmicos. Por outro lado, salientamos que muito ainda precisa ser implementado pelo conjunto do Sindicato daquilo que já foi aprovado em nossas instâncias deliberativas.

Historicamente, o Grupo de Trabalho Política de Classe para questões Etnicorraciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTP-CEGDS) abarca, em seu campo de estudo, análise, crítica e intervenção de grande parte das demandas por uma sociedade mais justa, democrática e solidária, na perspectiva ampla da defesa dos direitos humanos, da negação da diferença como inferioridade, da superação das desigualdades e de todas as



formas de dominação e violência que pretendam, sob qualquer pretexto, segregar, classificar, hierarquizar indivíduos, classes e/ou grupos sociais.

Todas as questões decorrentes da discriminação de gênero exigem denúncia e intervenção, quer na repressão à violência, quer na cobrança de apoio e de assistência aos violentados. A hierarquização de classe que criminaliza a pobreza e naturaliza formas violentas de repressão, requer, no mínimo, vigilância e denúncia permanente. A situação de vulnerabilidade de indivíduos discriminados pela orientação sexual supõe uma luta pela adoção de políticas que lhes assegurem plenamente direitos civis desfrutados por outros segmentos, tais como possibilidades de matrimônio, constituição de família, adoção, etc. As estatísticas dramáticas de mulheres pobres, vitimizadas por situações de aborto clandestino, escancaram a necessidade de novas leis sobre a possibilidade de interrupção opcional da gravidez. Ademais, a constatação sobre o alheamento/desconhecimento da sociedade quanto à situação e aos direitos dos povos indígenas e quilombolas, exige que se amplie a discussão sobre o tema e que seja implementada a legislação que reconheça seu direito ao território. Consideramos, portanto, a possibilidade de intervenção efetiva do ANDES-SN acerca dessas questões por meio do acompanhamento, da divulgação e da mobilização em torno de projetos em tramitação no Congresso Nacional.

O aumento de Projetos de Lei (PL) e de Propostas de Emendas à Constituição (PEC) que extinguem, ou que atacam frontalmente direitos adquiridos por mulheres, negros, indígenas, LGBTs, crianças e jovens do Brasil, exige um alerta redobrado por parte do ANDES – SN na conjuntura atual. PEC's e PL's que há anos foram apresentados e arquivados ou que caíram no esquecimento dos parlamentares são desengavetados e votados de forma precipitada, sem que haja discussão adequada ou sem que os movimentos sociais sejam ouvidos. A ofensiva neoconservadora, de caráter moralista, que atende a fundamentalismos religiosos e a ideologias políticas reacionárias, exige uma resposta imediata, orquestrada e firme por parte dos nossos sindicalizados.

Essa ofensiva conservadora contou com uma contribuição importante do governo Dilma que, em nome da governabilidade e de acordos espúrios, favoreceu a ascensão do deputado Marcos Feliciano à presidência da Comissão de Direitos Humanos, em 2013, vetou o kit anti-homofobia, em 2012, e recuou em temas caros aos direitos humanos. Com isso, e associado a outros fatores, a bancada BBB (bancada da bala, do boi e da bíblia) ganhou força e aumentou de forma expressiva sua participação na atual legislatura, podendo se configurar como grande e grave retrocesso aos direitos humanos. Ao que tudo indica, essa bancada BBB vem usando a velha receita da defesa da família tradicional, bem como da moral e dos bons costumes para atacar as lutas pela defesa dos direitos das mulheres, da diversidade sexual e etnorracial.

Observe-se que, em relação à legalização do aborto, após a sanção da presidenta Dilma Rousseff do PLC 3/2013, que regulamentou o direito ao aborto às vítimas de estupro, atualmente tramitam projetos que visam restringir os direitos das mulheres como o PL 5059/2013, também do Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), que proíbe médicos e outros profissionais de saúde a prestarem orientação sobre as possibilidades de aborto legal, inclusive em caso de estupro – uma verdadeira afronta à dignidade da mulher e às lutas que elas vêm empreendendo há mais de um século pelo direito de controle sobre seus corpos.

Destaca-se, também, o extermínio da juventude negra no Brasil, fato denunciado por várias entidades dos movimentos negro, sindicais e populares. Dados do Mapa da Violência (2002), por exemplo, mostram que as taxas de homicídio de brancos caíram de 20,6 para 15,0 em cada 100 mil brancos; queda de 27,1% entre 2002 e 2010. Já na população negra, as taxas passaram de 30,0 em 2002 para 35,9% homicídios para cada 100 mil negros em 2010, o que representa um aumento de 19,6%! Ainda, segundo o estudo, as taxas mais elevadas concentram-se na faixa dos 15 aos 24 anos, se estendendo, de forma também intensa, até os 29 anos, reforçando o extermínio da juventude negra.

Sem dúvidas, todas essas questões merecem atenção, acom-



panhamento, denúncia e intervenção por parte do ANDES-SN, pois dizem respeito à população brasileira de forma geral e, especialmente, a segmentos mais vulneráveis. Numa sociedade marcada pelo arbítrio e pela desigualdade, em que a violência espreita em cada esquina, a todo o momento, seja pela cor da pele, pela orientação sexual, pela origem de classe, pela defesa e ampliação de direitos, sua pauta de lutas permanece e se amplia.

Por sua vez, as ruas têm dado sinais de que não aceitarão os possíveis retrocessos ensaiados pelo Congresso Nacional ao realizarem grandes manifestações, em várias cidades brasileiras, contra o PL 5069/13. Também se destacam outras manifestações de rua que aconteceram em algumas cidades contra o extermínio da juventude negra pelo aparelho repressor do Estado, como, por exemplo, as marchas contra a intolerância religiosa, as manifestações pela afirmação da identidade negra e outras passeatas em que as mulheres reivindicavam o direito de legislar sobre seu próprio corpo. Todas essas manifestações sinalizam que há resistência, há luta e há possibilidades de avançarmos contra a ofensiva conservadora.

O presente trabalho tem o objetivo de contribuir com o debate e com o combate às violências lgbtfóbicas, machistas, racistas e etnicistas ao interior do ambiente acadêmica, mas não somente. Está dividido em duas partes: históricos dos movimentos das mulheres, dos lgbt, negras/os e indígenas; e a segunda parte em como enfrentar essas violências.

Desejamos a todas e todos uma boa leitura, na certeza de que esse trabalho será mais uma semente na luta contra todas as formas de violência na perspectiva de construirmos uma sociedade verdadeiramente humana, sem opressões e sem exploração do homem/mulher pelo homem/mulher.

*Diretoria do ANDES – Sindicato Nacional
Biênio 2014/2016*



HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: FEMINISMOS, LGBT, NEGRO E INDÍGENA

O ano de 2013, no Brasil, foi marcado por uma série de manifestações, que arregimentaram setores diversos da sociedade civil. Se o mote dessas mobilizações foi o aumento da passagem de ônibus (0,20 centavos), ficou nítido que a necessidade de manifestar-se não se limitava à essa questão, tendo em vista que diversos movimentos sociais empunharam suas bandeiras de luta pelas ruas do país. Esses movimentos, reconfigurados no presente, têm suas raízes em séculos de lutas – nacionais e internacionais. Aqui, destacaremos quatro deles: feminismos, movimentos negros, LGBT’s e indígenas, a fim de refletirmos sobre seus desdobramentos, além de apresentarmos propostas acerca das formas de combate ao patriarcado, ao machismo, ao racismo, à LGBTfobia e ao etnocídio, no âmbito das universidades e institutos.

Para compreendermos a história dos movimentos sociais, temos de levar em consideração a sua pluralidade, pois eles têm horizontes ou objetivos comuns e atuam de diversas formas para concretizá-los. Sem perder de vista essa informação, esta



publicação tem por objetivo orientar a categoria docente em relação a um conjunto de opressões que estão presentes dentro e fora das universidades e institutos. O ANDES-SN está ciente da necessidade de combater o machismo, o racismo, a LGBTfobia e o etnocídio por compreender que são transversais à luta de classes. Podemos encontrar as raízes desses movimentos, dentro e fora do país, ainda no século XIX.

Feminismo

As lutas feministas no Brasil originam-se dos mais variados movimentos de mulheres, dentre os quais, destacamos os ligados à educação, ao operariado, aos negros, aos LGBTT, ao sufragismo, dentre outros. É importante destacar que a participação das mulheres brasileiras no espaço público – mesmo que fora de uma organização formal – ocorreu muito antes da causa feminista adentrar o país. Ainda no século XIX, as ganhadeiras negras, alforriadas ou não, cumpriram importante papel pelas ruas do país. Mulheres negras também atuaram na organização de Quilombos, lutando, até mesmo, pela sobrevivência desses locais de refúgio. Um exemplo dessas guerreiras é o da Negra Zeferina, que lutou no Quilombo de Urubu durante o levante de 1826, em Pirajá, na Bahia.

No âmbito internacional, o século XIX também marcou o início do movimento de mulheres negras nos Estados Unidos. O feminismo negro estadunidense daquele período teve um papel fundamental para a discussão sobre o racismo e sobre o entrecruzamento entre raças, diferenças sexuais e classe nas experiências de vida das mulheres. A crítica feminista negra, liderada por mulheres como Sojourner Truth, Maria W. Stewarte, Anna Júlia Cooper, revelaria, de forma contundente, as experiências das mulheres negras na sociedade escravocrata e nas épocas pós-escravidão.

O Sufragismo

Paralelo ao movimento empreendido pelas mulheres negras, as integrantes da classe média (tais como educadoras e escrito-



ras), em fins do século XIX e ao longo do século XX, disputaram a participação na política. Sem direito ao voto ou à possibilidade de se candidatarem a mandatos eleitorais, elas iniciaram um movimento intenso de denúncia, originando o sufrágismo, expressão que passaria a indicar mulheres na luta pelo direito ao voto. Desencadeado na França e na Inglaterra, rapidamente alcançaria diversos países fora do continente europeu, chegando, até mesmo, ao Brasil. Importante destacarmos que desde 1891, durante o processo de elaboração da constituição, mulheres como Deolinda Daltro reivindicavam o direito à participação política. Em 1910, tendo à frente Deolinda, foi fundado o Partido Republicano das Mulheres.

No ano de 1920, foi fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), Primeira entidade organizada para disputar a participação das mulheres nos espaços públicos. A FBPF reuniu um considerável número de mulheres educadoras, médicas e cientistas, incluindo Bertha Lutz e Nísia Floresta Brasileira, ambas muito relevantes para os primórdios do movimento feminista organizado no Brasil. Lutz destacou-se na luta sufragista, tendo se tornado, posteriormente, a primeira mulher eleita para o Congresso Nacional, em cargo de suplência. Nísia Floresta, por sua vez, seria pioneira na defesa pelo acesso das mulheres à educação escolar.

A luta pelo acesso ao voto e à participação político-partidária foi árdua e redundou em prisões, em deboches por parte da imprensa e de outros intelectuais sobre a pretensão absurda, segundo avaliação deles, de que as mulheres deixassem o espaço doméstico para ocuparem o público, até então considerado como pertencente, exclusivamente, ao gênero masculino. A vitória das sufragistas seria obtida de forma não linear, ao longo de quase todo o século XX. Inglaterra, Estados Unidos, Brasil e França, em períodos diferentes, acatariam a obrigatoriedade do voto feminino. O sufrágismo e o movimento das negras originaram vitórias importantes para as mulheres, demonstrando que nada seria obtido sem mobilizações e ações de enfrentamento direto com a polícia, com os sistemas jurídico e político. Importante

também estarmos cientes de que diferentes regimes políticos pouco impactam no fim das mazelas originadas pelas diferenças de gêneros.

A efervescência dos anos 1960

Os anos 1960 são marcados por uma explosão das lutas sociais em diversos países do Ocidente. Estudantes, professores, intelectuais, artistas e a sociedade civil em geral vão às ruas protestarem contra o sistema patriarcal, contra a guerra, contra as discriminações de gênero, de raça, de etnia e de orientação sexual. A segunda metade do século XX é marcada por uma nova forma de pensar o corpo e a sexualidade. A bandeira de luta comum gira em torno do mote "Meu corpo, minhas regras", demarcando que o corpo das mulheres e a decisão sobre o que fazer com ele pertencem a elas e a nenhuma outra instituição – religiosa, médica ou jurídica. Questões importantes adentram a pauta das reivindicações feministas: legalização do aborto, difusão de métodos anticoncepcionais, acesso à profissões ainda consideradas de uso exclusivo dos homens, dentre outras. A teorização feminista avança de forma célere e nomes como os de Simone de Beauvoir, que lançou seu libelo feminista, O Segundo Sexo, em 1949, além de Betty Friedan, dentre outras vão se estabelecendo no cenário acadêmico, até hoje, muito refratário à causa.

Nos anos 1970, a noção de diversidade ganha mais força, originando fissuras e debates no interior do movimento feminista. É nessa década que as mulheres operárias, as lésbicas e as negras questionam o padrão do então movimento feminista – branco e heterossexual. Surgem novos grupos feministas, e o leque se amplia com o movimento feminista negro, com as feministas lésbicas e as feministas marxistas, cada uma disputando suas especificidades, mas tendo como horizonte comum a luta por uma sociedade fraterna, em que as diferenças sejam respeitadas e não sejam motivo de discriminação e de preconceitos. Não somos iguais, mas a alteridade não pode ser vista como inferioridade.



A partir dos anos 1970, e com maior ênfase nas décadas de 1980 e 1990, Angela Davis, Bell Hooks, Audre Lorde e Patricia Hill Collins contribuíram para aprofundar a análise e a compreensão da marginalização social, econômica e política das mulheres negras nos EUA. A proposta dessas lideranças era questionar as bases epistemológicas eurocêntricas. Entretanto, tiveram seus conhecimentos rejeitados, sob a justificativa de que a produção do conhecimento a partir das experiências de vida das mulheres negras era excessivamente subjetivo, forma de pensar que foi sendo desconstruídas com o tempo.

No Brasil, o movimento feminista negro passa a se organizar a partir de 1970. Nomes como Lélia Gonzales e Sueli Carneiro marcaram a sua trajetória. Essa segmentação foi fundamental, tendo em vista que os feminismos ainda estavam muito ligados à mulheres brancas, heterossexuais, pertencentes à classe média e alta. O recorte de raça, de etnia e de orientação sexual se impôs. Doravante, não seria mais possível falar do feminismo no singular. Lidamos com feminismos, os quais abarcam as diferentes experiências de vidas das mulheres. Não existe a mulher, existem as mulheres, sujeitos autônomos e diferentes entre si.

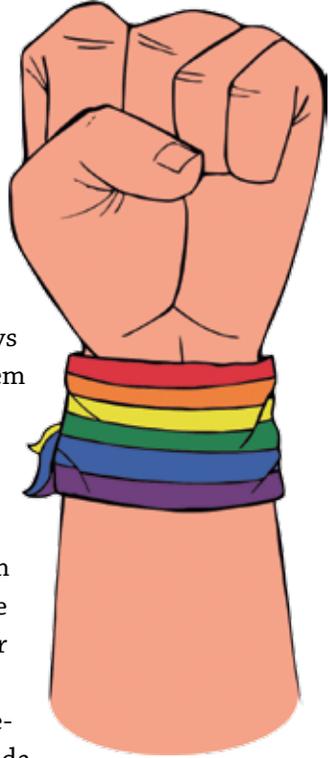
Do Movimento Homossexual ao LGBT

A Revolta de Stonewall, iniciada em 28 de junho de 1969, foi considerada o marco do movimento LGBT: constituiu-se de uma reação espontânea a uma das corriqueiras batidas policiais em lugares frequentados por gays e lésbicas nos EUA, que resultou em três dias e noites de enfrentamento de rua em Greenwich Village, em Nova York, onde se situava o bar Stonewall Inn, alvo da batida policial. A partir desse evento, emergem os primeiros grupos de militantes e os jornais com a finalidade de lutar pelos direitos de gays e de lésbicas

Assim sendo, em 1970, em comemoração ao primeiro aniversário da revolta, em 28 de junho, ocorreram as primeiras Marchas do Orgulho Gay, em Nova York, Los Angeles, São Francisco e Chicago. Já em 1973, registra-se um significativo avanço do movimento: a Associação Americana de Psiquiatria retira a homossexualidade da lista dos transtornos mentais, e, em 1975, a Associação Americana de Psicologia.

No Brasil, no contexto da luta contra a Ditadura Militar, esse movimento emerge com a criação do jornal alternativo Lâmpião da Esquina (1978-1981), com a formação de grupos ativistas (SOMOS, GGB, GATHO, Triângulo Rosa, Atobá, dentre outros.). E, já em 1980, na cidade de São Paulo, ocorre a 1ª Conferência do Homossexual no Brasil, protagonizada pelo grupo SOMOS. A luta contra a repressão policial da Ditadura e a defesa da liberação sexual marcaram esses anos iniciais de irrupção do movimento.

Nesse início, o protagonismo dos homens e a dificuldade de



unicidade identitária homossexual fizeram parte dos intensos embates internos ao movimento. As mulheres lésbicas tendiam a criar subgrupos, em razão de um pauta específica pouco contemplada no movimento hegemônico por homens gays. Na busca de uma identidade homossexual, a aceitação de travestis e de transgêneros também causava dificuldades e tensões entre o ser mais ou menos masculino e feminino.

A chegada do HIV, a partir dos anos 1983 e 1984, e o fim da Ditadura, em 1985, marcaram uma redefinição do movimento. De um lado, consolidando a luta de liberação, o Conselho Federal de Psicologia retirou da lista de transtornos mentais a homossexualidade. Por outro lado, o estigma social de “câncer gay” e de “peste gay”, com que o advento da Aids foi seguido, inviabilizou o eixo central da luta de liberação sexual que pautou os grupos organizados inicialmente, a maioria se desfez no decorrer dessa década.

Entretanto, o movimento se redefiniu, de um lado com a luta sanitária por pesquisas sobre tratamento e cura do HIV, e pelo desenvolvimento de políticas de acompanhamento e de acolhimento dos infectados. De outro, estabelecendo um novo eixo político de visibilidade, defendendo a normalização das relações homoafetivas. A década de 1990 consolidou essa tendência, marcada pela emergência da noção de gênero em lugar de identidade sexual, ampliando o campo de atuação pela consciência e defesa do direito à diversidade sexual.

Em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde retirou a homossexualidade e a orientação sexual do Código de Classificação de Doenças (CID), decisão ratificada em 1992. O dia 17 de maio ficou instituído como o Dia Internacional de Luta contra a Homofobia. No Brasil, marcando institucionalmente a abertura à diversidade, foi criada, em 1995, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). A partir de então, e articulada em escala global, a consciência da diversidade alargou-se de modo inclusivo, traduzindo-se na sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans – prefixo de transgênero, Transexual e Travesti).

De fato, a luta pelo respeito à igualdade na diversidade cresceu com a pauta do reconhecimento matrimonial, o direito de família e a adoção ao longo das duas últimas décadas, em diversos países, incluindo o Brasil. Os últimos sobreviventes dos campos de concentração do nazismo presos pelo triângulo rosa foram finalmente reconhecidos de forma oficial pelos países europeus no início dos anos 2000. A Organização das Nações Unidas (ONU), em 26 de julho de 2013, lançou a Campanha Livre e Igual em defesa os direitos das pessoas LGBT como parte dos Direitos Humanos. Já em 2015, uma nova fase da mesma Campanha foi lançada contra os danos aos indivíduos, às sociedades e à humanidade, causados por homofobia e transfobia.



Em 1897, na Alemanha, o médico Magnus Hirschfeld e o editor Max Spohr criaram a primeira organização dos direitos gays: o Comitê Científico-Humanitário (Wissenschaftlich-humanitäres Komitee, WhK). Em seguida, em 1919, Hirschfeld fundou o Instituto para Ciência Sexual que, em pouco tempo, abrigava a maior biblioteca sobre a questão gay. No entanto, em 6 de maio de 1933, o estado facista de Hitler ordenou a sua destruição. Em seguida, foi instalado um plano de perseguição e de extermínio dos homossexuais ao equipará-los aos comunistas (Karlinsky, 1989 apud Borrilo, 2010).



Um dos primeiros escritos que se conhece contra a discriminação aos homossexuais data de 1869. Neste ano, um médico húngaro, Karóly Benkert, escreveu uma furiosa carta ao Ministério da Justiça alemão condenando o novo código penal que, em seu artigo 175, declarava que os atos sexuais entre homens eram delito. Foi nesse documento, também, que Benkert utilizou pela primeira vez o termo homossexual para denominar esses atos. Nesse mesmo período, destacava-se Emma Goldman, anarquista, de origem judaica, conhecida por seus escritos e manifestos libertários e feministas, foi a primeira revolucionária de seu tempo que assumiu a defesa dos homossexuais e foi convidada, por Oscar Wilde, a defendê-lo em processo por conta da sua homossexualidade. Em um dos trechos utilizados por ela na defesa de Wilde, ela diz: "É uma tragédia que pessoas com uma sexualidade de tipo diferente são presas a um mundo que mostra tão pouca compreensão em relação aos homossexuais e seja tão absurdamente indiferente às várias gradações do gênero e seu enorme significado para a vida. A perseguição e a sentença contra Wilde é um ato de injustiça cruel e hipocrisia repulsiva".



Com a Revolução vitoriosa dos bolcheviques na Rússia, a política soviética da década de 1920 descriminalizou as práticas homoeróticas. No entanto, com a consolidação da burocracia stalinista, foi promulgada a Lei de 7 de março de 1934 punindo os homossexuais. Tal política de perseguição aos homossexuais impactou vários países que passaram por revoluções de caráter marxista como Cuba, China.



Em 1955, nos Estados Unidos, foi fundada a primeira organização lésbica estadunidense. Seus objetivos explícitos eram: educação dos LGBTs, pesquisa, mudança no código penal.



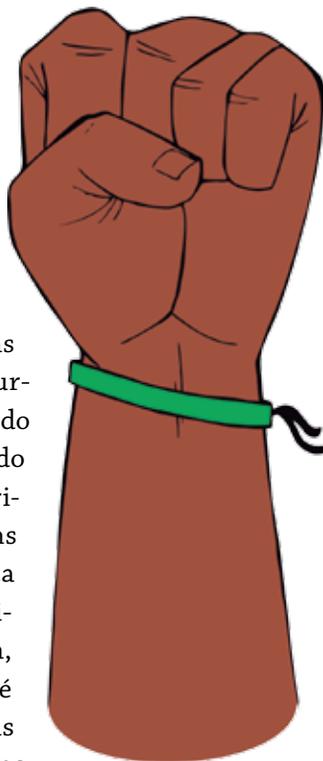
Em 1971, após a revolta de Stonewall, foi criada a Frente de Liberação Gay/Lésbica.



A luta contra o Racismo

Até pouco tempo negado veementemente pelo conjunto da sociedade brasileira, a exceção da grande maioria das negras e dos negros desse país, o racismo, sob o manto da democracia racial, operou e opera silenciosamente nas relações sociais brasileira. Seu surgimento se deu já inserido no modo de produção capitalista, tendo sido fundamental para a acumulação primitiva de capital. Para tal, homens e mulheres sequestrados da África entraram no mundo capitalista, simultaneamente como mão de obra, “ferramenta” e moeda, o que até hoje provoca enormes diferenças na relação que trabalhadores negras e negros (comparados com os brancos) têm com a estrutura da sociedade capitalista (Honório, 2016).

De acordo com Dias (2010), ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, que lançou mão de uma legislação separatista, o racismo brasileiro não se institucionalizou por conta da superioridade numérica dos negros brasileiros, sem falar na recente revolução negra no Haiti de 1814. No Brasil, foi instituído o mito da democracia racial com o claro objetivo de silenciar as denúncias contra o racismo existente no tecido social brasileiro. A ideia de que não existe racismo no Brasil ou de que vivemos numa democracia racial contribuiu sobremaneira para tornar invisível a problemática racial para as reflexões de nossa intelligentsia (Dias, 2010). Segundo Carvalho (2005), os argumentos de Gilberto Freyre, responsável pela elaboração do mito da democracia racial, são a vitória do sofisma sobre os dados empíricos, da difusão da apologia do falso sobre a



denúncia do verdadeiro. Freyre propôs-se a montar um argumento que fosse uma resposta ao clamor do movimento negro, desde os anos de 1930, contra a discriminação racial e as péssimas condições de vida da população negra.

Por outro lado, desde que o homem e a mulher negro/a pisou em solo brasileiro pela força da escravidão existe luta do povo negro. Primeiramente contra a violência da escravidão, de forma mais imediata, e posteriormente, com a farsa da abolição de 1888, contra o racismo. Sem pretender esgotar todos os fatos e as lutas no período da escravidão, podemos citar o Quilombo dos Palmares, tendo como liderança principal Zumbi dos Palmares e sua companheira Dandara; a Revolta dos Malês – levante promovido por negros mulçumanos, daí a palavra “malê” ter o significado de mulçumano em ioruba – ocorrido em 1835. Esse movimento sacudiu Salvador e a Bahia, e deixou as principais províncias do império do Brasil em sinal alerta com receio de que o mesmo ocorresse em outras localidades. Ainda no período da escravidão, foram criados grupos ou associações de caráter religioso, cultural e socioeconômico representados por quilombos, confrarias, irmandades religiosas, caixas de empréstimos, etc. (Ramos, 1938 apud Domingues, 2007a).

Ao narrar a trajetória do movimento negro brasileiro, Domingues (2007b) distinguiu diversas fases no período pós-abolição. A primeira delas, segundo o autor, é a Republicana (1889-1937), que abrange o período pós-abolição, no qual se destacam a organização em grêmios, clubes e associações em alguns estados da federação, a exemplo do Clube 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), e o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), ambos sediados em São Paulo. As maiores associações foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados entre 1908 e 1926, ambos em São Paulo. Segundo Domingues (2007b), tiveram perfil assistencialista, caráter recreativo e/ou cultural. Nesse período também, a chamada imprensa negra, espaço que tratava das pautas do povo negro, reuniu um número significativo de



peças que construíram o enfrentamento ao preconceito de cor, esses periódicos denunciaram a segregação racial. Entretanto, segundo o autor, tais iniciativas ainda não tinham projeto político e um programa a ser disputado.

Na década de 1930, com a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB), iniciou-se a qualificação da pauta e da organização política dos movimentos e das organizações negras, e com elas um meio de comunicação impresso de massas para divulgar e disputar seu projeto: *A Voz da Raça*. As mulheres negras tiveram participação no processo de consolidação desses espaços. Contudo, de acordo com Domingues (2007a), elas atuavam nas atividades recreativas, culturais e relacionadas ao assistencialismo. A FNB, em 1936, tornou-se partido político e direcionou seu projeto e campanha à população de cor, entretanto seguiu a mesma linha da Ação Integralista Brasileira. Com a ditadura do Estado Novo, esse espaço foi esvaziado, como muitos outros.

Na segunda fase do Movimento Negro, entre 1945 e 1964, temos a ampliação das ações do movimento. Na década de 1940, na contramão varguista, fundou-se a União dos Homens de Cor (UHC), a Uagacê, que pautou a necessidade de garantir condições econômicas, sociais e culturais para o povo de cor. Possuía uma estrutura organizativa nacional, espaço de disputa institucional. Ainda nesse período, outro agrupamento importante para o movimento foi a fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN), que propunha uma legislação antidiscriminatória no Brasil (Domingues, 2007a). O golpe empresarial/militar de 1964 criminalizou e perseguiu essas iniciativas.

Na terceira fase do Movimento Negro, entre 1978 e 2000, o debate sobre racismo no Brasil retrocedeu, mas isso não significou que a população negra se calou. Na década de 1970, com a fundação do Grupo Palmares, do retorno tímido da imprensa negra, bem como do movimento da Soul Music, ou do Black Rio, floresceram discussões políticas no âmbito das atividades e dos espaços culturais, a exemplo da valorização do 20 de novembro como data importante para a luta do povo

de cor, e não mais o dia 13 de maio. Com a fundação, em 1978, do Movimento Negro Unificado, (MNU), a população negra retorna ao cenário da disputa política no país, pautando o fim do racismo e um projeto socialista de governo. Naquele período, o debate de raça e de classe alcançou os intelectuais negros e brancos, o MNU colocou o povo negro em destaque, marcando a unificação da luta dos negros e negras com a de todos e todas oprimidos/as. Já entre as décadas de 1980 e 1990, o MNU “africanizou-se” e pautou a discriminação racial alinhada ao debate étnico e de negritude, fundamentada numa identidade especificamente negra. A questão estética, religiosa e cultural, fundamentada na ancestralidade, tornou-se espaço de afirmação da negritude. A década de 2000 inaugurou o processo de implementação de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, iniciando-se pela UERJ, seguida pela Uneb e avançando pelas demais universidades e institutos. Tudo isso, fruto de muita luta encampada pelas organizações do movimento negro. Por outro lado, com a ascensão do governo petista de Luís Inácio Lula da Silva, governo de conciliação de classes, iniciou-se uma inflexão na luta organizada contra o racismo, em que era visível o silêncio do MNU frente ao esvaziamento das reivindicações históricas no Estatuto da Igualdade Racial aprovado pelo governo, além do silêncio em relação ao congelamento das demarcações das terras quilombolas, o avanço do genocídio do povo negro nas periferias do Brasil, principalmente em cidades dirigidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), como Bahia, por exemplo.

Abaixo, apresentamos um quadro esquemático da trajetória do movimento negro no Brasil República ressaltado, conforme Domingues (2007b), que a evolução histórica desse movimento não foi estanque ou linear, mas marcada por contradições, avanços, recuos e estagnações de diversas ordens.



Quadro comparativo da trajetória do movimento negro na República (Domingues, 2007)

Movimento Negro Brasileiro	Primeira Fase (1889-1937)	Segunda Fase (1945-1964)	Terceira Fase (1978-2000)
Tipo de discurso racial predominante	Moderado	Moderado	Contundente
Estratégia cultural de “inclusão”	Assimilacionista	Integracionista	Diferencialista (igualdade na diferença),
Principais princípios, ideológicos e posições políticas	Nacionalismo e, defesa das forças políticas de “direita”, nos anos 1930	Nacionalismo e defesa das forças políticas de “centro” e de “direita” nos, anos 1940 e 1950	Internacionalismo e defesa das forças políticas da esquerda marxista, nos anos 1970 e 1980
Conjuntura internacional	Movimento nazifascista e pan-africanista,	Movimento da negritude e de descolonização da África,	Afrocentrismo, movimento dos direitos civis nos Estados Unidos e de descolonização da África
Principais termos de auto-identificação	Homem de cor, negro e preto”	Homem de cor, negro e preto	Adoção “oficial” do termo “negro”. Posteriormente, usa-se, também, o “afro-brasileiro” e “afro-descendente”
Causa da marginalização do negro	A escravidão e o despreparo moral/ educacional	A escravidão e o despreparo cultural/ educacional	A escravidão e o sistema capitalista
Solução para o racismo	Pela via educacional e moral, nos marcos do capitalismo ou da sociedade burguesa	Pela via educacional e cultural, eliminando o complexo de inferioridade do negro e reeducando racialmente o branco, nos marcos do capitalismo ou sociedade burguesa	Pela via política (“negro no poder!”), nos marcos de uma sociedade socialista, a única que seria capaz de eliminar com todas as formas de opressão, inclusive a racial
Métodos de lutas	Criação de agremiações negras, palestras, atos públicos “cívicos” e publicação de jornais	Teatro, imprensa, eventos “acadêmicos” e ações visando à sensibilização da elite branca para o problema do negro	Manifestações públicas, imprensa, formação de comitês de base, formação de um movimento nacional no país
Relação com o “mito” da democracia racial	Denúncia assistemática do “mito” da democracia racial	Denúncia assistemática do “mito” da democracia racial	Denúncia sistemática do “mito” da democracia racial
Capacidade de mobilização	Movimento social que chegou a ter um caráter de massa	Movimento social de vanguarda	Movimento social de vanguarda
Relação com a “cultura negra”	Distanciamento frente alguns símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana)	Ambigüidade valorativa diante de alguns símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana)	Valorização dos símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana, sobretudo o candomblé)
Dia de reflexão e/ou protesto	13 de Maio (dia da assinatura da Lei Áurea, em 1888)	13 de Maio (dia da assinatura da Lei Áurea, em 1888)	20 de Novembro (dia de comemoração da morte de Zumbi dos Palmares)
Principais lideranças	Vicente Ferreira, José Correia Leite,	Arlindo Veiga dos Santos José Bernardo da Silva, Abdias do Nascimento	Hamilton Cardoso, Lélia Gonzalez

A questão Indígena

A questão indígena tomou maior relevo a partir da instauração do regime político republicano brasileiro. O fim extinção da escravidão, o Golpe Militar de 1889 e a Constituição Republicana de 1891 são faces do Estado Burguês instalado no Brasil. As classes dominantes no país se organizaram a fim de acumularem, na divisão internacional do capital, como fornecedoras de matéria-prima e garantindo o crescimento econômico interno, vinculado ao desenvolvimento das grandes empresas capitalistas internacionais. A questão indígena pululou nos debates nacionais, visto como primitivo, retrogrado, portanto passível de ser civilizado. Nesse sentido, o governo republicano criou, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), colocando em discussão acontecimentos de ordem política, religiosa e comercial. O destaque foi a venda de terras e a exploração do trabalho. Formulou-se uma política indigenista como dever do Estado, coube principalmente aos positivistas, assentada na experiência de Rondon no contato pacífico com os indígenas, na construção das linhas telegráficas e nas obras de construção pelo Exército.

A propalada política indigenista do estado burguês republicano pode ser entendida sob ideologia da necessidade de integração dos indígenas – vistos como primitivos – à sociedade de classes, à civilização capitalista. Mas o que significava integrar os indígenas à luz do SPI? Organizar a tomada das terras e controlar a resistência indígena. Assim, com o apoio do governo republicano, os empresários capitalistas avançaram os



seus projetos predatoriamente sobre as terras indígenas para colonização com imigrantes estrangeiros basicamente europeus, confinando os povos indígenas as reservas de forma sedentária, impondo uma pedagogia que alterava a cultura e o sistema produtivo indígena, inventadas pelo Estado de dirigismo estatal capitalista.

No entanto, nessa ideologia autoritária que procurava silenciar os indígenas como construtores da nação, eles (e suas resistências) ficaram de forma paradoxal mais visíveis. Todavia, para o Estado, era necessário apagar essa visibilidade, atribuindo-lhes estereótipos como retrógrados, atrasados, rudimentares, vadios, impeditivos do progresso, ou seja, a contraordem que inviabilizava o progresso.

Em 1940, o I Congresso Indigenista Interamericano realizado no México foi um marco importante na história dos povos indígenas, pois as autoridades latino-americanas assumiram a responsabilidade do problema indígena, mas seguindo uma ideologia explicitamente integracionista, em que a integração, a aculturação e a assimilação constituíram as grandes linhas da política indigenista em âmbito continental, o que não impediu o avanço capitalista às terras indígenas. O Congresso estabeleceu políticas de reparação e de reconhecimento propugnando que os povos indígenas ocupam um lugar importante no continente com uma diversidade cultural riquíssima, diferentes culturas e visão de mundo, em que o pluralismo cultural ocupa papel importante como fator de desenvolvimento “endógeno”, contando com suas próprias forças, em oposição ao desenvolvimento “exógeno” que reproduz a dependência dos países latino-americanos, orientados por um desenvolvimento do tipo ocidental, com muitos aspectos completamente alheios às realidades desses países.

Durante a Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985) no Brasil, foi criada, em 1968, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no Ministério da Justiça, em substituição ao SPI. Desde então, como órgão do Governo Federal, estabeleceu e executou a política indigenista no Brasil, acelerou-se o avanço sobre as terras indígenas, cada vez mais reduzidos às reservas. Recen-

temente, em 2012, o pesquisador Marcelo Zelice, do Museu do Índio-RJ, descobriu a publicação do “Relatório Figueiredo” produzido em 1968 por Jader Figueiredo Correia, comprovando o massacre de indígenas durante a Ditadura Militar. Em 1977, uma comissão parlamentar de inquérito foi aberta na Câmara para investigar violações de direitos humanos dos índios, sendo confirmadas as violências cometidas pelo Estado aos indígenas. O resultado é estarrecedor: matanças de tribos inteiras, torturas e toda sorte de crueldades foram cometidas contra indígenas brasileiros por proprietários de terras e por agentes do Estado. Em seu trabalho, Jader Figueiredo Correia relatos de dezenas de testemunhas, apresentou centenas de documentos e identificou cada uma das violações que encontrou: assassinatos, prostituição de índias, sevícias, trabalho escravo, apropriação e desvio de recursos do patrimônio indígena. Seu relatório denuncia – e comprova – a existência de caçadas humanas feitas com metralhadoras e dinamite atirada de aviões, inoculações propositais de varíola em populações indígenas isoladas e doações de açúcar misturado a estricnina. O relatório comprova a resistência dos Povos Indígenas apoiados por organismos internacionais na defesa dos direitos humanos e ambiental do planeta.

Apesar das proposições legais garantidas na Constituição Federal de 1988, ocorreu um conjunto de conflitos materializados por meio da coação, da expulsão e das violências cometidas aos povos indígenas, principalmente contra as suas demarcações de terras, em meio aos interesses dos megaempreendimentos de mineradoras, de hidrelétricas e do agronegócio. Essas ações são acompanhadas pela flexibilização das legislações ambientais. No meio urbano, os indígenas sofrem com a questão da especulação imobiliária e enfrentam a disputa pelos seus locais.



AS OPRESSÕES E COMO COMBATÊ-LAS

Patriarcado, Machismo e Femicídio

Para compreender o machismo e como ele se configura no nosso cotidiano, é preciso, antes, entendermos o processo de desigualdade que atravessa milênios as diversas sociedades e os diferentes contextos históricos. Essa desigualdade já foi descrita como diferenças sexuais (início do século XX) e, desde a década de 1970 até os dias atuais, é designada como relações desiguais de poder. Parte das feministas denomina essas relações desiguais de poder como patriarcado, outra parte denomina como relações de gênero. Independente de como se nomeie, há machismo quando essas relações desiguais de poder tomam forma em atitudes ou comportamentos que ferem e marginalizam (física, simbólica e psicologicamente) as mulheres.

Dessa forma, “em termos da colocação adotada, o machismo é definido como um sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição do homem sobre a mulher” (Drumont, 1980). A partir do machismo, como um sistema de representação-dominação, as relações de gênero são mistificadas e hierarquizadas. Nesse sentido, todo processo educacional na nossa sociedade, seja no âmbito doméstico ou fora dele, carregará essas hierarquizações. Na prática, considerando que são as mulheres que sofrem com o machismo, isso significa que na maioria das relações sociais, em uma perspectiva apenas das relações de gênero, elas serão tratadas como hierarquicamente inferiores aos homens e mais fracas que eles.¹

São diversas as formas como o machismo se manifesta na

¹ Lógico que não devemos esquecer outros elementos que podem influenciar no processo das opressões (Exemplo das dimensões de classe e de raça).

nossa sociedade. Desde antes de nascermos, já há toda uma expectativa de como temos de nos comportar e quais os lugares sociais que devemos assumir a depender do nosso “sexo biológico”. Essa expectativa social e culturalmente construída compõe a maneira como a nossa sociedade organiza as relações sociais, políticas e econômicas definindo lugares para homens e mulheres em diferentes contextos históricos. Já vimos que as relações de gênero são desiguais, portanto podem se manifestar concretamente em tratamentos desiguais.

Perpassados pelo machismo, fruto de uma sociedade extremamente desigual em suas relações de gênero, são diversos os exemplos de como ele se manifesta cotidianamente. No ambiente doméstico, podemos listar: a) quando o homem se exime de cuidar dos filhos e da casa com a companheira; b) quando a companheira acha que é apenas o parceiro quem deve ser o provedor da casa; c) quando o companheiro coloca a companheira em um lugar de subalternidade e a violenta psicológica, moral e /ou fisicamente. No espaço público: a) quando as mulheres recebem salários menores que os homens só por serem mulheres; b) quando os homens se acham no direito de invadir o espaço das mulheres com cantadas ou até mesmo toca a mulher; c) quando um homem se acha no direito de praticar a masturbação próximo a uma mulher ou usando o corpo dela de forma violenta (e criminoso); d) quando o homem oprime uma colega de trabalho e a humilha por ser mulher; e) quando uma mulher acha que não tem a capacidade de fazer determinada função por ser mulher e pela função ser “coisa de homem”. Portanto, o machismo se transveste de diversas maneiras.

Pensando no mundo do trabalho, uma das maneiras mais cruéis é o assédio sexual. É importante frisar que o assédio sexual pode ocorrer de homem para mulher, homem para homem, de mulher para mulher ou de mulher para homem. Entretanto, com o assédio sexual ocorre o mesmo que com o assédio moral: a maioria das vítimas são mulheres. E são variadas as formas como as violências se manifestam, muitas



dessas formas são silenciosas. Desde aquela “cantada”, passando por propostas de favores sexuais até a violência física. Acontecimentos violentos como esses podem marcar profundamente a vida dessas mulheres, criando traumas, muitas vezes, irrecuperáveis.

Além do assédio sexual – forma mais drástica de violência no universo do trabalho – o machismo, na sociedade, produz todo tipo de decorrência violenta e, como dissemos, alcança também os homens. No entanto, é impossível não nos centrarmos, diante do que os próprios dados apontam, no debate sobre como o machismo tem afetado a vida das mulheres, de forma particular no que diz respeito às violências contra elas. Quando uma violência contra a mulher chega ao seu nível máximo, denominamos de feminicídio – homicídio contra as mulheres por questões ligadas às hierarquias de gênero e ao machismo.

Dados sobre a Violência contra as Mulheres

Logo abaixo, expomos em forma de gráfico os dados sobre a violência contra as mulheres a partir dos registros de atendimentos feitos à Central de Atendimento à Mulher - ligue 180 (Brasil, 2015) de janeiro à outubro de 2015.

Do total de atendimentos, 63.090 foram relatos de violência, dos quais 58,55% foram cometidos contra mulheres negras, conforme gráfico 1, considerando o critério etnicorracial. Conforme gráfico 2, 86% das violências são doméstica e familiar. Em relação à forma da violência, 49,82% corresponderam a de violência física; 30,40% de violência psicológica; 7,33% de violência moral; 2,19% de violência patrimonial; 4,86% de violência sexual; 4,87% de cárcere privado; e 0,53%, conforme expresso no gráfico 5. Em relação aos casos de estupro, ou violência sexual, constatou-se uma média de oito estupros/dia, ou seja, a cada 3 horas um caso de estupro. Comparando com a informação amplamente divulgada pela mídia que denuncia 1 estupro a cada 11 minutos, considerando que a grande maioria não denuncia a violência sofrida, percebemos convergência nos resultados.

Os gráficos 3 e 4 mostram, respectivamente, a relação entre vítima agressor (a) e o início da violência na relação.

Caracterização da Violência contra a Mulher

Gráfico 1
Perfil etnicorracial das vítimas

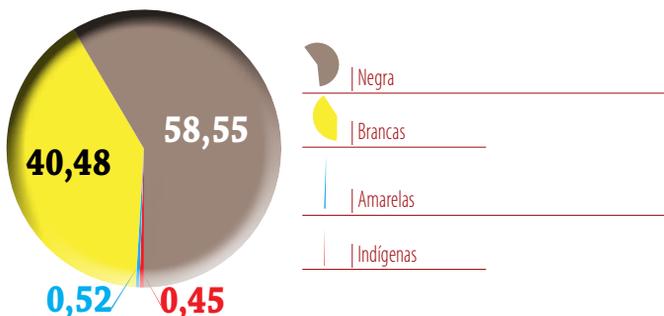


Gráfico 2
Percentual dos relatos de violência doméstica e familiar

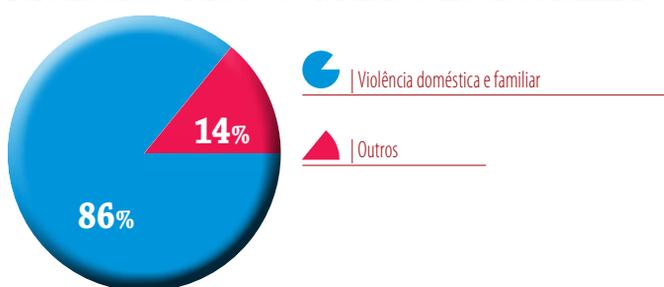


Gráfico 3
Relação entre vítima e agressor

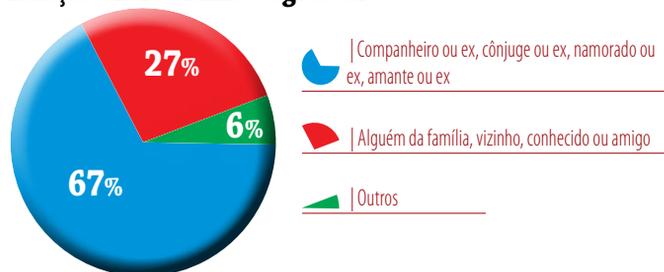


Gráfico 4
Início da violência na relação

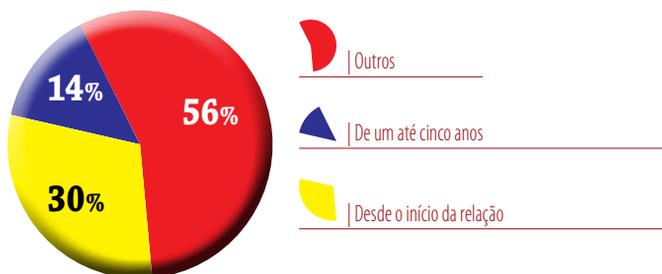
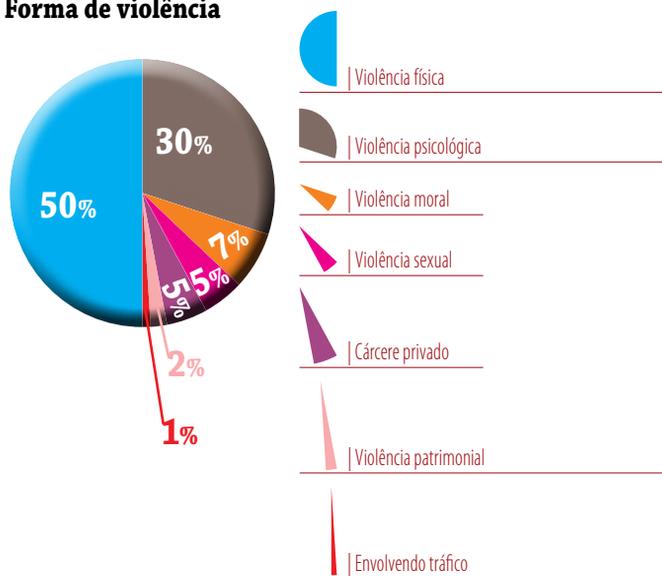


Gráfico 5
Forma de violência



Referência...

Brasil (Governo Federal). Secretária de Políticas para as Mulheres. In: Secretaria do Meio Ambiente. Tratados e organizações ambientais em matéria de meio ambiente. In: Ligue 180 — uma década de conquista. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180-10meses-1.pdf>

Os dados oficiais são alarmantes, há de se considerar que eles representam parcialmente a realidade da violência vivenciadas pelas mulheres cotidianamente. Por essa razão, ela é reconhecida como “violência invisível”. Logo, esses alarmantes números servem de alerta para a necessidade de um compromisso

de todos e de todas para combatermos o machismo. Algumas atitudes simples podem colaborar com essa luta²:

Situações Cotidianas e Formas de Enfrentar o Machismo



Ser gentil com qualquer pessoa, independente do gênero, da cor, da idade – Gentileza não tem gênero, então, ao invés de os homens serem gentis apenas com as mulheres, e as mulheres esperarem gentileza apenas dos homens, sejamos todos e todas gentis uns e umas com os outros/as. O cavalheirismo é só outro nome para uma atitude paternalista, que pressupõe que a mulher é incapaz e que precisa de um homem para abrir a porta, para carregar uma sacola pesada ou outra coisa do tipo. Já ser gentil significa que você vai segurar a porta independente de quem estiver entrando depois de você. A gentileza pode ser praticada por qualquer pessoa em favor de qualquer pessoa.



Dividir as tarefas em casa – todas as pessoas que vivem numa casa devem ter a responsabilidade de cuidar dos afazeres domésticos. Não precisamos nem dizer o quanto é machista achar que o dever de fazer essas coisas seja somente da mulher. Lavar a louça, varrer a sala ou estender a roupa no varal não é uma “ajuda”, mas sim uma obrigação de qualquer pessoa que vive na casa. Dividir igualmente as tarefas domésticas torna mais fácil e mais rápido manter a casa arrumada e limpa.



Solidariedade entre as mulheres – é muito fácil se tornar inimiga da outra, afinal somos ensinadas a sempre rivalizar com outras mulheres. Mas toda vez que você apoia uma mulher, se solidariza com ela, elogia o seu trabalho, mostra que ela pode contar com você ou mesmo quando fazem algo

² Adaptado do texto O Feminismo Nosso de Cada dia. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/o-feminismo-nosso-de-cada-dia-2267.html>>. Acesso em: 4 mar. 2016.



juntas, um pedacinho desse mito de que mulheres são inimigas, traiçoeiras e invejosas se quebra.



Permitir que crianças descubram suas habilidades independente de papéis de gênero

– quando dizemos que “menino não pode isso” ou que “menina não pode aquilo”, estamos, desde cedo, limitando os potenciais das pessoas. Por que em vez de ensinar papéis de gêneros caducos e limitadores, não ajudamos as crianças a desenvolverem suas habilidades e a se tornarem seres humanos melhores? Por exemplo: incentivar uma garota apaixonada por artes marciais a praticar esportes de luta, por mais que seja considerado “coisa de menino”, pode ajudar a criar uma futura atleta. Permitir que um garoto brinque com boneca, algo que é visto como “coisa de menina”, pode ajudar a criar no futuro um pai afetuoso.



Denunciar a violência

– toda vez que um agressor fica impune, permite-se que a violência continue acontecendo e que outras mulheres sejam vítimas. É preciso mostrar que agressão, assédio, abuso e outras formas de violência NÃO SÃO aceitáveis. E a melhor forma de fazer isso é garantir que o agressor seja responsabilizado pelos seus atos, denunciando-o. Quando é algo que você não presenciou, é mais delicado e, em muitas circunstâncias, algo muito difícil, mas apoiar a vítima e incentivá-la a fazer a denúncia é uma forma de não se omitir diante da violência.



Não ser cúmplice

– você pode combater o machismo fazendo várias coisas, mas também pode combater NÃO fazendo outras. Por exemplo, não passar adiante imagens íntimas de mulheres que vazaram contra o consentimento delas (e denunciar quem esteja fazendo isso, vide tópico anterior); não assediar mulheres na rua; não julgar a sexualidade de uma mulher; não compartilhar mensagens de ódio à mulher ou com conteúdo racista, homofóbico, transfóbico, gordofóbico (e denunciar, se possível). Esses são só alguns exemplos de como você

pode e deve se recusar a ser cúmplice.

Portanto, todos e todas devemos refletir acerca do machismo e combatê-lo em todos os espaços. Esse é um papel a ser cumprido por homens e por mulheres em prol da emancipação humana, portanto, do combate a todo tipo de exploração e opressão. Assim:



Pensar na transformação social envolve transgredir as normas de comportamento, dominação e de poder impostas pela sociedade aos gêneros. Isso não significa a exclusão do masculino, mas o pensar em homens e mulheres a partir do caráter relacional de poder, considerando que não existe apenas uma mulher ou um homem, mas sim, diferentes construções simbólicas de papéis que são flexíveis e mutáveis ao longo do tempo. (Silva, 2001).

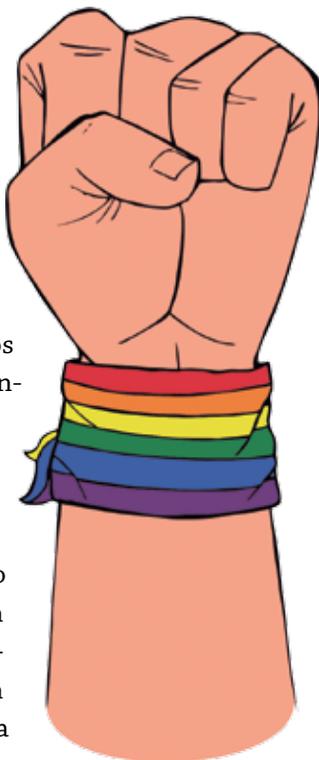


O que é LGBTfobia?

A LGBTfobia se compõe por práticas que rejeitam todos/as aqueles/as que não se conformam com o papel de gênero e/ou orientação sexual socialmente predeterminado(s) a partir do seu sexo biológico.

As nomeações, que chamamos identidades, ao incluir vários indivíduos em um mesmo grupo, apagam as diferenças entre eles/as, apagando consigo demandas específicas. As identidades de gênero ligadas à orientação sexual são produções do ser social que buscam classificar os indivíduos. A existência dessas classificações se torna um problema quando são usadas para produzir exclusão e violências contra os sujeitos que não se enquadram no grupo considerado “normal” (Foucault, 2013).

Ao falarmos de identidade de gênero, estamos falando sobre aspectos ligados à “[...] estilização repetida do corpo [...]” (Butler, 2015), que sob as técnicas sociais de educação e da correção (Foucault, 2013), ensinam às pessoas como serem homens e mulheres a partir de suas características físicas (o sexo biológico). As identidades ligadas à orientação sexual classificam as pessoas com base nos/as parceiros/as de suas práticas sexuais, se pertencentes ao mesmo sexo biológico e/ou identidade de gênero, ou não. Nesse campo, o das identidades, é possível tanto o controle e exclusão quanto a garantia de acesso aos direitos sociais àqueles/as socialmente identificados/as. Criam-se, com isso, os “normais” e os “anormais”, sujeitos que não se encaixam nas descrições hegemônicas. Tal caracterização possibilita, a partir disso, o controle e a exclusão quanto à garantia de acesso



aos direitos sociais. Portanto, é preciso garantir a ampliação desses direitos aos demais encaixados fora da "normalidade".

O que é desconSIDERADO nessa perspectiva é que a genitália não tem uma relação direta de causalidade com o que significa ser homem ou ser mulher. Essas duas classificações referem-se a construções sociais e culturais. Em outras palavras, não são naturais e, embora classificadas em identidades "guarda-chuvas", referem-se a muitas formas diferentes e possíveis de vivências pelos sujeitos.

Como base em Jesus (2012), dizemos sobre as pessoas que se identificam socialmente com as identidades de gênero culturalmente esperadas desde o nascimento que elas são cisgênero. As pessoas que se relacionam com pessoas de outro gênero (homens com mulheres, e vice-versa) são heterossexuais. Podemos dizer que o cisgênero (ou cissexual) é a "norma" para as identidades de gênero, enquanto o heterossexual é a "norma" para a orientação sexual.

Em relação à identidade de gênero, as pessoas não cisgêneras/cissexuais (que não se identificam socialmente com a identidade de gênero culturalmente esperada) são denominadas travestis, transexuais e transgêneras. O prefixo trans* refere-se ao movimento de transição entre a identidade de gênero socialmente esperada e imposta para aquela com a qual a pessoa se identifica. A diferenciação entre travestis e transexuais é, em alguns grupos, determinada pela submissão à cirurgia de redesignação de sexo. Nesses grupos, costuma-se atribuir o termo "travesti" às mulheres trans* (pessoas que transicionaram do gênero masculino para o feminino) que não fizeram a cirurgia, e transexuais aos homens e às mulheres trans* que foram operados/as para "adequar" seu corpo à identidade de gênero com a qual se reconhecem. Podemos dizer que o termo transgênero é mais genérico, incluindo homens e mulheres, operados/as ou não, que identificam-se socialmente com o gênero diferente do socialmente esperado. Há também pessoas andróginas, que não se identificam socialmente com qualquer dos dois gêneros majoritariamente.



Em relação à orientação sexual, as pessoas não heterossexuais são aquelas que não se relacionam exclusivamente com pessoas do outro sexo biológico e/ou identidade de gênero. Assim, pessoas que se relacionam com homens e mulheres são classificadas como bissexuais. Mulheres que se relacionam com mulheres são lésbicas. Homens que se relacionam com homens são gays, etc.

É preciso deixar claro que identidade de gênero e orientação sexual não estão diretamente relacionadas. Uma mulher trans* pode ser lésbica, bissexual ou heterossexual, ou seja, a forma como ela se identifica socialmente não tem relação de causalidade com as pessoas por quem ela sente atração e afeto.

Retomando as ponderações iniciais, ao nomearmos diferentes grupos sociais, produzimos nas políticas de identidades as possibilidades de controle e/ou de resistência aos controles socialmente reproduzidos. Por causa da existência de discursos neofascistas (que cerceiam as possibilidades de existência e de vida) dos sujeitos “anormais”, em relação às identidades de gênero e orientação sexual, os preconceitos que circulam socialmente resultam em exclusões e agressões a eles/as.

Quando uma pessoa sofre qualquer tipo de violência ou de discriminação em função de sua orientação sexual, o termo mais comum para nomear essa prática é homofobia. Porém, como afirmação das diferentes formas de neofascismos existentes em relação às pessoas que fogem à norma da cisnormatividade e/ou heteronormatividade, movimentos sociais ligados à questão utilizam, para violências contra lésbicas, motivadas por sua orientação sexual, o termo lesbofobia. As pessoas bissexuais são vítimas de bifobia. E as violências sofridas por travestis, transexuais e transgêneros por causa de sua identidade de gênero são consideradas transfobia. Ao generalizarmos essas violências, na tentativa de não apagarmos qualquer desses grupos, nos referimos a LGBTfobia.

Não existem registros oficiais sobre a LGBTfobia no Brasil, o que resulta de um descaso social em relação às violências que afetam os sujeitos LGBTs. Como afirmação política, o Grupo Gay da Bahia (GGB) produz o Relatório de Assassinatos de LGBTs

que é a maior referência em dados sistematizados no país. Em 2012, ele denunciou que 338 homossexuais foram assassinados, o que significa uma morte a cada 26 horas no Brasil. Os números mostram um aumento de 21% em relação a 2011, ano em que houve 266 mortes, e um crescimento de 177% nos últimos sete anos. Os homens homossexuais lideram o número absoluto de mortes, com 188 (56%), seguidos de 128 travestis (37%), 19 lésbicas (5%) e dois bissexuais (1%).

De acordo com o Relatório, o Brasil encontra-se em primeiro lugar no ranking mundial de assassinatos homofóbicos, concentrando 44% do total de mortes de todo o planeta, cerca de 770. Percebe-se, porém, que o número absoluto de assassinatos deve ser problematizado em relação ao percentual da população atingida. Nos Estados Unidos, país que tem cerca de 100 milhões a mais de habitantes que o Brasil, foram registrados 15 assassinatos de travestis em 2011, enquanto no Brasil, foram executadas 128.

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a expectativa de vida da população trans* no Brasil está entre 30 e 35 anos, e 90% dessa população está se prostituindo por falta de acesso a oportunidades de emprego.

As violências ligadas à LGBTfobia também estão presentes nas universidades e institutos. É preciso identificar algumas ações que se configuram como LGBTfobia nos cotidianos e que são recorrentes para que possamos combatê-las.

Como identificar a LGBTfobia?

 **Uso de termos e de expressões ofensivos que caracterizam assédio moral:** alguns grupos têm adotado posturas de resistência às violências e às exclusões sofridas ao se apropriarem dos discursos excludentes e os utilizar como bandeira de militância. Termos como “bicha”, “viado”, “sapa”, “caminhoneira”, etc. são usados por esses grupos em tentativas de resignificá-los e demonstrar resistência às exclusões que eles implicam. É preciso entender que, para esses grupos, a apropriação de tais termos é uma estratégia de resistência aos jogos



de poder pelos quais são subjetivados, o que não significa que seja apropriado utilizá-los indiscriminadamente nas relações cotidianas, pois corremos o risco de reforçar os preconceitos a eles relacionados.



Uso de palavras feminino e masculino desrespeitando a identidade de gênero dos sujeitos:

ao nos relacionarmos com pessoas trans*, devemos utilizar pronomes, adjetivos, substantivos apropriados a sua identidade de gênero ao referirmo-nos a eles/as. Ou seja, uma mulher trans* é “ela”, “a professora”, “a estudante”, “a servidora”, e um homem trans* é “ele”, “o professor”, “o servidor”, “o estudante”, etc. Também lembramos que identidade de gênero e orientação sexual não são sinônimos, ou seja, uma mulher lésbica continua sendo uma mulher e deve ser tratada no feminino. Assim como um homem gay deve ser tratado no masculino. Quando estiver em dúvida sobre qual gênero utilizar, é sempre educado perguntar à pessoa como ela prefere ser tratada.



Uso de nome civil, em vez de o nome social, ao relacionar-se com pessoas trans*:

a Portaria MEC nº 1.612, de 18 de novembro de 2011, foi uma conquista dos movimentos sociais e garante que, em instituições vinculadas ao Ministério da Educação, dentre elas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFESs), seja institucionalizado o uso do nome social de pessoas travestis, transgêneras e transexuais. Isso é importante para o acesso e a permanência desses sujeitos no campo da educação. É preciso que isso seja garantido nas relações cotidianas entre servidores e estudantes das mais diferentes instituições de ensino.



Piadas LGBTfóbicas:

piadas e comentários jocosos sobre “ser homem” e “ser mulher”, que indiquem inferioridade social de pessoas LGBT, ou que exponham as condições de socialização de pessoas trans*, criam um ambiente educacional inseguro para esses sujeitos, produzindo e validando

tanto violências simbólicas quanto físicas. Se permitirmos que discursos que desqualifiquem sujeitos por sua identidade de gênero, ou orientação sexual, sejam naturalizados, permitimos que esses sujeitos sejam tratados como estranhos ao ambiente educacional.



Negar acesso a vagas no alojamento estudantil: em algumas universidades e institutos, estudantes LGBT não conseguem vagas nos alojamentos estudantis por sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Isso resulta tanto na evasão daqueles/as que não possuem condições econômicas de pagar aluguel quanto a exposição a violências em repúblicas e outros espaços em que buscam abrigo. Mesmo nos alojamentos também é preciso garantir mais do que o acesso, criando um ambiente seguro e livre de LGBTfobia para que a permanência seja viável.



Negar acesso aos banheiros públicos: o uso dos banheiros de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito deve ser garantido como necessidade fundamental para sua permanência nas instituições de ensino. A exposição vexatória de sujeitos LGBT ao uso de banheiros designados a identidades de gênero com as quais não se identificam os/as expõem a violências físicas, para além das morais que essa prática já implica. Uma solução é a criação de banheiros coletivos sem identificação de gênero e adaptados para que todos/as possam utilizar em segurança.



Exigência do uso do nome civil em situações cotidianas: assim como o uso do nome civil ao relacionar-se com uma pessoa trans*, a exigência de apresentação de documentos de identidade com o nome civil para realização de provas e de processos seletivos internos às instituições também é vexatória. Com a conquista da institucionalização do uso do nome social, o uso da carteirinha estudantil em que conste o nome social do/a servidor/a e/ou estudante deve ser a prática oficial das instituições de ensino.





Atendimento médico, psicológico e de assistência social sem formação em gênero e diversidade sexual:

nas instituições que oferecem esses suportes, é preciso que os profissionais atuantes tenham formação em gênero e diversidade sexual para garantir a integridade física e psicológica de sujeitos LGBT no acesso a esses serviços. Um/a ginecologista, por exemplo, precisa ter algum conhecimento sobre práticas sexuais lésbicas e processos de produção dos corpos trans* para que possa atender de forma apropriada mulheres lésbicas e homens trans*, garantindo seu direito de acesso à saúde.



Invisibilização da LGBTfobia: mulheres lésbicas e homens e mulheres trans* são os maiores alvos de estuprores corretivos (violência justificada pelos agressores como uma forma de corrigir a orientação sexual e/ou identidade de gênero das vítimas), que, muitas vezes, também são coletivos (mais de um agressor). Esse tipo de violência, além de agressões físicas a gays em banheiros e espancamentos em corredores e demais espaços dos campi espalhados pelo país tendem a ter suas denúncias silenciadas com o objetivo de preservar a imagem de agressores, cursos e das próprias instituições de ensino. É preciso adotar práticas de denúncia e de prevenção. Só assumindo publicamente que as violências acontecem (sem tentativas de expor as vítimas) é que as instituições conseguirão adotar ações preventivas eficazes e criar um ambiente seguro para as pessoas que são alvo de LGBTfobia.

As práticas LGBTfóbicas acima citadas, dentre outras, têm resultado em altos índices de evasão escolar/no ensino superior e violência social. Apesar de termos alcançado conquistas, como o acesso de pessoas LGBTs à pós-graduação, os números entre pessoas trans* são ainda irrisórios perante a população existente. Em geral, pessoas LGBT têm um nível de escolaridade média mais baixo que outras pessoas de seu meio social e expectativa de vida também mais curta entre travestis, transgêneros/as e transexuais.

Para superar esses atravessamentos, as práticas pedagógi-

cas devem também abranger o cuidado no reconhecimento da diferença e dos direitos de todos e todas. É importante a construção de currículos comprometidos com a temática de gênero nos mais diversos cursos de formação profissional. Além disso, refletir cotidianamente sobre o reforço dos estigmas na nossa relação em sala de aula e também fora dela atuando no contexto das adversidades discriminatórias, questionando os padrões excludentes e seus impactos no processo de aprendizagem e de socialização.

Se reproduzimos discursivamente práticas enunciativas que geram exclusão social, estamos as validando, ou seja, também estamos alimentando os mecanismos sociais de exclusão, de violências e de fascismos. É possível pensarmos uma socialização profissional diferenciada, que tanto garanta o acesso de sujeitos LGBTs, quanto a sua permanência na academia a partir de nossos discursos e da atuação docente.

Sugestões Audiovisuais

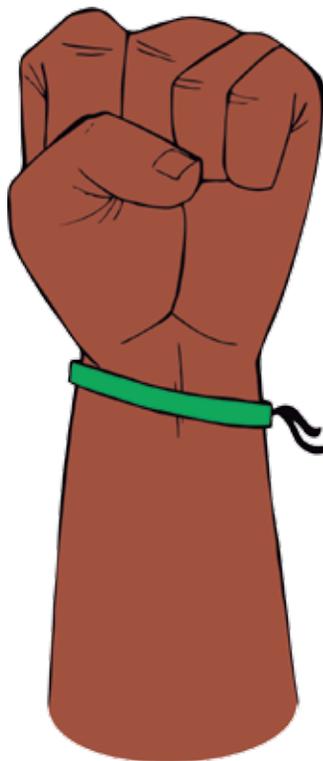
Bombadeiras, Meninos do Arco-Íris, Meu eu secreto, Flores Raras, Orações para Bob, Bichas, Pride, Tomboy, Parágrafo 175, Paris is burning, Meninos não choram, Azul é a cor mais quente, A garota dinamarquesa, Contracorrente, Shortbus, Private Romeo, Madame Satã, Filadélfia.



Racismo: como combater?

A história eurocêntrica quer nos fazer crer que o racismo é um fenômeno atemporal que vitima os seres humanos não brancos desde os primórdios da humanidade. Seria, então, aceitar que, se sempre existiu, sempre existirá. Assim, “o racismo – etnocentrismo carregado de diferenças raciais, reais ou imaginárias – não tem mais de quatro séculos” (Senghor apud Pereira, 1978). De acordo com Santos (2010), nasce da expansão europeia, portanto, coincidindo com o fortalecimento da sociedade capitalista. São faces de um mesmo desenvolvimento histórico.

Se o racismo, ontologicamente, não é parte constitutiva do ser social, podemos e devemos combatê-lo sob duas perspectivas: primeiro, articulada com a luta contra o modo de produção capitalista, pois se esse sistema se aproveita da divisão intraclasses provocada pelo racismo com vista a superexplorar a mão de obra, ele, o sistema capitalista, não moverá uma pedra para eliminar o racismo. Ao contrário, fomentará sua perpetuação. Segundo, combater as expressões mais imediatas do racismo como a desigualdade salarial entre trabalhadores/as negras/os e brancas/os; o extermínio da juventude negra; a luta por uma política de permanência estudantil aos estudantes; a ampliação de cotas na graduação e pós-graduação; lutar contra os assédios raciais que estudantes, técnicos, terceirizados e docentes sofrem cotidianamente no ambiente acadêmico, dentre outros.



A seguir, apresentamos algumas ações deliberadas em Congressos e Conad's para combatermos o racismo.

 Aprofundar no GTPCEGDS e nas Seções Sindicais a discussão sobre a Lei Federal de cotas (Lei nº 12.288/2012) e as similares em âmbito estadual.

 Desenvolver atividades, ações e iniciativas voltadas para o combate do trote homofóbico, machista, racista e sexista em conjunto com os diretórios centrais dos estudantes, os sindicatos dos técnicos e as demais entidades educacionais.

 Lutar, por intermédio das Seções Sindicais e em conjunto com todos os segmentos da comunidade acadêmica, pela criação de espaços de discussão e acolhimento de denúncias de violências contra a mulher, etnorraciais e homofóbica nas IES.

 Lutar pela laicidade do estado brasileiro, bem como promover debates sobre como essa questão impacta as relações existentes entre professores, técnico-administrativos e estudantes, na realidade de cada IE.

 Contribuir, por meio das Seções Sindicais, com um levantamento de dados sobre violências de gênero, étnico-racial e moral, as formas que ocorrem e sua intensidade dentro das IE, e, assim, consolidarmos as ações de combate.

 Lutar pela obrigatoriedade do ensino de história e de cultura afro-brasileira e indígena na educação superior.

 Lutar pela liberdade religiosa, indicando, às Seções Sindicais, ações de aprofundamento desse debate.

 Combater o racismo institucional, que respalda a violência racial e promulga o mito da demografia racial em várias instituições, a exemplo da escola e das mídias.



-  Intensificar ações no sentido da aplicabilidade da Lei nº 10.639, e o trato do racismo como crime, conforme indica a Lei nº 7716, de 5 de janeiro de 1989.
-  Lutar com os movimentos sociais e sindicais pela desmilitarização das polícias.
-  Lutar contra a criminalização e o extermínio da população pobre e negra, cujas políticas governamentais tentam legitimar pelo discurso de combate ao uso de drogas, ao tráfico e à criminalidade. Lutar pela descriminalização das drogas.
-  Intensificar a defesa de ações afirmativas, com ampliação de cotas étnicorraciais para negros e indígenas nas IES, com garantia de políticas adequadas de permanência estudantil, até mesmo nos cursos de pós-graduação.
-  Lutar pela criação de cotas raciais para ciganos.

Como combater a discriminação aos Povos Indígenas?

Como apontam os movimentos sociais indígenas, as instituições de pesquisa, as Organizações Não Governamentais (ONG) e as próprias comunidades indígenas, esses povos têm sido vítimas da discriminação étnica por meio de diferentes formas de violências, expressas na negação dos seus direitos constitucionais, culturais e humanos.

Embora a Constituição Brasileira de 1988 não trate da cidadania indígena, diz ser brasileiro todo aquele nascido no território nacional, dando direito aos indígenas das mais de 200 nações de adquirirem a cidadania brasileira. No que compete a legislação, a Constituição atribuiu à União legislar sobre os povos indígenas, porém não mais com o propósito de integração à sociedade nacional, cabendo à Justiça Federal o julgamento de todos os casos que os envolvam, garantindo-lhes o direito à autonomia e à autodeterminação. Este reconhecimento determinou mudanças radicais nos padrões de relacionamento dos povos indígenas com o Estado trazendo a questão referente à identificação dos indígenas às áreas de conhecimento como a antropologia e a sociologia, pois delas deriva a inclusão ou a exclusão de direitos constitucionais às políticas públicas definidas para seu aumento a partir da década de 1980.

Os indicadores "indígenas" disponíveis no momento, mesmo complementados com as informações censitárias do IBGE (2010), são insuficientes para se definir programas adaptados às



particularidades étnicas e socioeconômicas do mosaico de sociedades indígenas do Brasil contemporâneo, somente programas étnico/regionais desenhados com os próprios povos indígenas, específicos e com as pessoas e as instituições comprometidas com eles, poderão escapar dos fisiologismos das autoridades locais, numa forma de reconhecer a diversidade dos povos indígenas e as políticas públicas afins.

Algumas ações, dentre várias, são necessárias para combatermos a discriminação aos povos indígenas do Brasil



Garantir o consenso internacional que está cada vez mais avançado sobre direitos indígenas, como preconizado na “Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas”, em que os Estados-Membros da ONU têm a obrigação de lhes fazer consultas prévias para consentimento de medidas legislativas e administrativas.



Intensificar a luta nacional e local, em unidade com os movimentos sociais indígenas, pela efetiva demarcação das terras indígenas e pela efetiva autodeterminação dos Povos Indígenas, além de lutar contra a flexibilização das legislações ambientais como: política energética e ambiental imposta pelo governo federal – Código de Mineração, Código Florestal, Marco da biodiversidade e PEC 215/2000.



Reconhecer os seus direitos constitucionais (Constituição Federal de 1988), a subsistência e as terras, territórios e recursos naturais, mantendo a identidade cultural e as decisões quanto às maneiras de viver e se desenvolver.



Promover o direito à liberdade, a tolerância, a compreensão e as boas relações entre povos indígenas e os demais segmentos da sociedade, reconhecendo o diferente.

Referências Bibliográficas

Borrilo, D. **Homofobia - história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

Butler, J. **Problemas de Gênero - Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Carvalho, J.J. **Inclusão Étnica e Racial no Brasil**. São Paulo: Attar Editorial, 2006.

Censo Demográfico 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011

Dias, H.C. **Teoria marxista e ideologia da negritude: encontros e desencontros**. Universidade e Sociedade, Brasília, DF, ano 20, n. 46, p. 8-17, jun. 2010.

Domingues, P. **Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na luta anti-racista no Brasil**. Cadernos Pagu, v. 28, p. 346-374, 2007a.

Domingues, P. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, Niterói, RJ, v. 12, p. 113-136, 2007b.

Drumont, M.P. **Elementos para uma análise do machismo**. Perspectiva, São Paulo, n. 3, p. 81-85, 1980.

Foucault, M. **Os Anormais**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

Foucault, M. **Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

Jesus, J. G. **Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos**. 1. ed. Brasília, 2012. (Disponível em: <http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TER-MOS.pdf>)

Pereira, J. M. N. **Colonialismo, racismo, descolonização**. In: Estudo Afro-asiáticos, Cândido Mendes, ano 1, n. 2, 1978.



Santos, R.E. **Ações afirmativas em perspectivas marxistas**. Universidade e Sociedade, Brasília, DF, ano 20, n. 46, p. 18-27, jun. 2010.

Silva, Carla da. **A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero**. Revista Direito em Foco, 5ª ed. mar. 2012. Disponível em: http://www.unifia.edu.br/projetorevista/artigos/direito/20121/desigualdade_imposta.pdf

Silva, W.H. **O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade**. São Paulo: Editora Sundermann, 2016.



ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Ed. Cedro II, 5º andar, Bloco C

CEP: 70302-914, Brasília, DF.

Tel.: (61) 3962 8400

imprensa@andes.org.br | www.andes.org.br

www.facebook.com/andessn | twitter.com/andessn





Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Ed. Cedro II, 5º andar, Bloco C
CEP: 70302-914, Brasília, DF.

Tel.: (61) 3962 8400

imprensa@andes.org.br | www.andes.org.br

www.facebook.com/andessn | twitter.com/andessn

